

Propriedade produtiva fica livre da reforma agrária

Janio de Freitas

Depois do fim, continua

A Constituinte deve encerrar seus trabalhos até o final da semana, a nova Constituição estará promulgada na segunda quinzena de setembro, mas se estima em meio milhão, mais ou menos, o número de dispositivos constitucionais que não produzirão efeito imediato, nem se sabe quando o farão.

Para isto, dependem de leis que os regulamente. E, finda a Constituinte, a campanha das eleições municipais estará em plena intensidade. E, finda a campanha eleitoral, virá o período natalino, que sempre requer longo resguardo ao espírito cristão dos parlamentares. E, findo o período natalino, já a ocupação primordial dos parlamentares, como dos políticos em geral, será a sucessão de Sarney, além.

Em grande número dos casos, as regulamentações serão indispensáveis à atividade do Poder Executivo, que inexistem nos gabinetes, mas não cessa nas instâncias burocráticas. Em breve período, portanto, o governo terá de remeter ao Congresso numerosos projetos de leis regulamentadoras.

Acontece, também, que a maior parte dos dispositivos pendentes de leis regulamentadoras ficou sob esta condição, por acordo entre as lideranças da Constituinte, como forma de despachar para o futuro as questões geradoras de impasse. Com a atenção dos parlamentares voltada para outras questões, tão logo termine a Constituinte, pode-se esperar que o problema das leis regulamentadoras venha a alternar estas duas atitudes congressuais: a votação do vai-da-valsa e a reinstalação dos confrontos, nos casos em que interesses econômicos fortes podem acomodar, na regulamentação, conveniências que não foram, parcial ou plenamente, agraciadas pela Constituinte.

Ao ser promulgada quase 20 meses após iniciar-se a Constituinte, a nova Constituição não estará ainda encerrando o exaustivo período de fermentação legislativa que custou a todos, com suas exhibições de corrupção parlamentar, de frustrações, de



quebra de compromissos e, às vezes, de surpresas positivas. Nem se sabe quando este período se encerrará.

Outra origem

A intervenção do ministro Paulo Brossard nas investigações sobre ocorrência de subornos na Polícia Federal, pelos quais seriam favorecidos os principais suspeitos no "caso Ceccatto", não seria (só) para hostilizar o diretor da PF, Romeu Tuma, por menos que os dois se entendam.

Já por várias vezes o noticiário sugeriu que a intervenção de Brossard, forçando o afastamento do delegado que procedia às investigações, teria começado no governador Orestes Quércia, necessitado de impedir que o escândalo se alastrasse sobre seu governo — ainda mais com as eleições municipais à vista.

Por motivos funcionais também, mas com segura prevalência de razões políticas, o ministro e o diretor da PF não forneceram qualquer indício convincente das causas verdadeiras da intervenção. Mas há quem, valendo-se de ótima situação brasileira para observar o episódio, localize sua origem na Consultoria-Geral da República, de onde teria passado ao gabinete presidencial e daí ao ministro da Justiça.

Fica registrada a versão. Com a lembrança de que não isenta, necessariamente, qualquer possível participação de Orestes Quércia e, ainda, de que a um (simples) delegado da PF teria sido ofertado um milhão de dólares para acomodar o resultado das investigações.

Da Sucursal de Brasília



A propriedade produtiva não será desapropriada para fins de reforma agrária. Esta foi a decisão tomada ontem pelo plenário do Congresso constituinte, que derubou a emenda do líder do PMDB, Nelson Jobim (RS), e mais 15 emendas similares, que pretendiam suprimir essa vedação. O resultado, por 186 votos "sim", 233 "não" e 11 abstenções, foi a única vitória significativa dos "conservadores" no segundo turno, com o apoio da União Democrática Ruralista (UDR).

Ficou estabelecido que a lei prevê "tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social". Pelo texto aprovado, a função social será cumprida quando a propriedade rural atender ao mesmo tempo os seguintes requisitos, de acordo com critérios que serão definidos em lei: aproveitamento racional e adequado; preservação do meio ambiente e utilização adequada dos recursos naturais; cumprimento das leis trabalhistas e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

O Capítulo "Da Política Urbana" também foi votado ontem, com a aprovação do usucapão urbano. Pelo instituto aprovado, quem usar como moradia uma área urbana de até 250 metros quadrados, "por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição", adquire o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

A partir da promulgação da nova Carta, as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com "prévia e justa indenização em dinheiro". As autoridades poderão aplicar aos proprietários "do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado" que não promovam seu aproveitamento adequado, uma graduação de penas sucessivamente: parcelamento ou edificação compulsórios; imposto progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública resgatáveis em até dez anos.



Lourenço e Oliveira juntos com a bancada do PFL comemoram a aprovação do texto da reforma agrária

Discussão do assunto causa polêmica desde os trabalhos da subcomissão

Da Redação

O início dos trabalhos dos Congresso constituinte indicava um avanço dos "progressistas" na questão da reforma agrária, que venceram no dia 7 de abril de 87 na escolha do relator da Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária, o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE).

A partir daí, a situação se inverteu e ocorreu o primeiro "racha" dentro da subcomissão: os "conservadores" aprovaram, por meio de manobras políticas, um substitutivo de sete artigos, de autoria do deputado Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG), contrário à limitação da extensão das propriedades, proposta pelo relator da subcomissão.

Em resposta os "progressistas" derrubam cinco artigos, ficando a

subcomissão sem proposta concreta para encaminhar à Comissão da Ordem Econômica.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Econômica, elaborou um relatório favorável à reforma agrária e encaminhou à Comissão de Sistematização. O relatório teve pontos suprimidos por manobras regimentais dos "conservadores".

No início de maio deste ano, as lideranças dos "progressistas" e do Centrão começaram a articular um acordo para a aprovação do texto. Os "progressistas" não abriram mão do direito de desapropriar terras que não cumprissem sua função social, e o Centrão não admitia a desapropriação de terras produtivas.

As negociações fracassaram e em 4 de maio partiram para a votação, quando o substitutivo do Centrão não

foi aprovado, pois não obteve o mínimo de 280 votos necessários. O mesmo aconteceu no dia seguinte com o texto da Sistematização, formando o chamado "buraco negro". O relator Bernardo Cabral elaborou nova proposta de texto, que teve como ponto básico remeter à lei ordinária a forma de desapropriação das propriedades produtivas que não cumprissem as funções sociais. O Centrão pediu destaque para votação em separado da subordinação da propriedade à sua função social.

Os "progressistas" não concordaram, mas o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, permitiu a votação em separado. Aprovado o texto de Cabral, o Centrão venceu a votação em separado do destaque, e a terra produtiva passou a ser insuscetível de desapropriação, confirmada ontem.

Congresso vota hoje os 2 turnos sem obter acordo

Da Sucursal de Brasília

A implantação ou não dos dois turnos nas eleições para prefeito, governador e presidente da República deverá ser decidida hoje no plenário do Congresso constituinte. Sem acordo — O PSDB não aceitou a ideia de se transferir a decisão sobre os dois turnos nas eleições de novembro para as Disposições Transitórias —, as emendas serão disputadas no voto.

O PFL e o PDT deverão votar contra, porque os dois turnos prejudicam as principais candidaturas dos dois partidos nas próximas eleições. O PFL ainda concorda com a existência de dois turnos nas eleições presidenciais, mas o PDT não. O PMDB está dividido, enquanto o PT e demais partidos de esquerda são favoráveis à medida.

Estado irá dar preferência para empresa nacional

Da Sucursal de Brasília

"Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional." O privilégio foi confirmado em segundo turno pelo Congresso constituinte, que acatou emenda do senador Severo Gomes (PMDB-SP) incluindo a expressão "nos termos da lei". Logo depois dessa decisão, ontem à noite, os constituintes entraram nas votações do Título VIII (Da Ordem Social), deixando para outro dia a decisão sobre o limite de 12% para os juros.

O PFL, que pretendia abrir as compras do governo a qualquer "empresa brasileira" — o que incluiria as multinacionais — não fará mais acordos e votará livremente", segundo o vice-líder José Lins (CE).



Ronaldo Caiado (no centro) comemora a vitória da UDR na votação da reforma agrária, ontem em Brasília

"Agroboys" ocupam Brasília para assistir a confirmação da vitória

Da Sucursal de Brasília

Ao contrário do que ocorreu quando a reforma agrária foi votada no primeiro turno dos trabalhos constituintes, ontem não houve disputa entre os representantes da União Democrática Ruralista (UDR) e os membros da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, que reúne 17 entidades de trabalhadores rurais. Enquanto a UDR — contrária à desapropriação das terras produtivas — deslocou para Brasília delegações de vários Estados — desde Paraná até Rondônia —, somente poucos líderes dos "sem terra" marcaram presença no Congresso Nacional.

"O pessoal perdeu o pique depois da derrota no primeiro turno", disse Paulo Valle, responsável pelo escritório da Secretaria Agrária do PT

em Brasília, para quem "a questão já estava perdida". Dessa vez, os trabalhadores rurais se limitaram a entregar botões de rosa vermelha para os constituintes que chegavam pelo Anexo 3.

A UDR ocupou sozinha o gramado na frente do Congresso, a rampa e o saguão principal e a maioria das cadeiras das galerias. Durante a manhã, cerca de 200 membros da UDR — entre jovens, adultos e casais idosos, todos vestindo camiseta branca e bonés com símbolos da entidade — ficaram no gramado bebendo água mineral e cerveja em lata, retirados de uma pick-up estacionada em frente do Congresso.

Os "agroboys" e "agrogirls", que estampavam nas camisetas o slogan "Quem não defende o que tem, não merece ter", desafiavam o repertório do novo disco da Xuxa, acom-

panhados por um violão. Os mais velhos, em pé, se preocupam com o "poder" dos partidos de esquerda. "Esse Roberto Freire (líder do PCB) é uma potência. Será que ele vai conseguir virar os nossos 297 votos?", perguntava Edson Nascimento Fernandes, que veio de Rondônia.

A preocupação foi afastada com a chegada de um dos organizadores da comitiva, que provocou gargalhadas ao contar as novidades: "Duas meninas nossas vestiram uma roupinha comum e conseguiram 12 senhas com as lideranças do PT e PCB".

A superioridade absoluta se confirmou no final da tarde: cerca de mil produtores rurais ocuparam toda a extensão da rampa do Congresso e comemoraram a vitória com estrondosos foguetes.



O deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, em Brasília

Sarney discute impacto da seguridade social

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, reunido na manhã de ontem com as lideranças do PFL e do governo na Câmara e no Senado, avaliou a repercussão financeira que a manutenção dos dispositivos sobre seguridade social aprovados em primeiro turno pelo Congresso constituinte trará à Previdência. O presidente, segundo o líder do PFL, deputado José Lourenço, afirmou que a Previdência já apresenta um déficit de 3% no seu orçamento no decorrer deste ano.

Lourenço disse que não foram identificados os pontos a suprimir no segundo turno de votações. Mas afirmou que os benefícios previstos para a nova Carta significarão um aumento entre 60 e 70% para as empresas e segurados. "Não sabemos se os contribuintes estão dispo-

tos a pagar", disse ele.

O líder pefelista disse que o governo está preocupado com o dispositivo que reduz em cinco anos a idade para aposentadoria no meio rural (homens de 65 para 60 anos e mulheres de 60 para 55 anos). Além disso, há a aposentadoria para os professores. Segundo Lourenço, este dispositivo permitirá que professores universitários se aposentem com cinco ou seis anos de atividade. Isto, na opinião de Lourenço, cria uma "casta privilegiada" na sociedade.

José Lourenço disse que o presidente não definiu nenhuma estratégia para alterar estes pontos no projeto em votação. Mas, adiantou que as lideranças do governo e do PFL conversarão com o líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Nelson Jobim, para reverter alguns dispositivos.